



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de Maio de 2012, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Ata n.º 55/XII referente à reunião de 15 de maio
2. Informações;
3. Fixação da Redação Final da Resolução que Aprova o parecer fundamentado sobre a violação do princípio da subsidiariedade pela proposta de regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130]
4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer para o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia em 2011"
Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD
5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias
 - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 1999/4/CE, 2000/36/CE, 2001/111/CE, 2001/113/CE e 2001/114/CE no respeitante aos poderes a conferir à Comissão [COM(2012)150]
Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)
 - b) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado [COM(2011)737]; Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre as transações financeiras [COM(2011)738]; Proposta alterada de DECISÃO DO



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

CONSELHO relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia [COM(2011)739]; Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as medidas de execução do sistema de recursos próprios da União Europeia [COM(2011)740] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputados Autores de Parecer: Carlos Costa Neves (PSD) e Maria Helena André (PS)

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em aplicação do artigo 184.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho sobre a execução da medida de promoção dos vinhos em mercados de países terceiros [COM(2011)774], objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Cláudia Aguiar (PSD)

d) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera os Regulamentos (CE) n.º 2008/97, (CE) n.º 779/98 e (CE) n.º 1506/98 do Conselho, em matéria de importação de azeite e outros produtos agrícolas da Turquia, no que diz respeito aos poderes delegados e às competências de execução a conferir à Comissão [COM(2011)918], objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Cláudia Aguiar (PSD)

e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 94/80/CE que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade [COM(2012)99] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP)

f) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1225/2009 do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo à defesa contra as importações objeto de dumping dos países não membros da Comunidade Europeia [COM(2012)41] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

g) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Código Aduaneiro da União [COM(2012)64] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor de Parecer: João Lobo (PSD)

h) RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre o Mecanismo de Alerta elaborado em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Regulamento relativo à prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2012)68] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor de Parecer: Pedro Silva Pereira (PS)

i) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu sobre a aplicação da Diretiva 2003/8/CE relativa à melhoria do acesso à justiça nos litígios transfronteiriços, através do estabelecimento de regras mínimas comuns relativas ao apoio judiciário no âmbito desses litígios [COM(2012)71] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Alberto Costa (PS)

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que simplifica a transferência no interior do Mercado Único de veículos a motor registados noutro Estado-Membro [COM(2012)164] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao acesso de bens e serviços de países terceiros ao mercado interno de contratos públicos da União Europeia e que estabelece os procedimentos de apoio às negociações sobre o acesso de bens e serviços da União Europeia aos mercados de contratos públicos dos países terceiros [COM(2012)124] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

- c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1098/2007 do Conselho, de 18 de setembro de 2007, que estabelece um plano plurianual relativo às unidades populacionais de bacalhau no mar Báltico e às pescarias que exploram essas unidades populacionais [COM(2012)155] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar;*
- d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Dados abertos: Um motor de inovação, crescimento e governação transparente [COM(2012)882] *objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.*

7. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da Ata n.º 55/XII referente à reunião de 15 de maio

A Ata n.º 55/XII, relativa à reunião de 15 de maio, foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

2. Informações

A Sr.ª Vice-Presidente, Deputada Ana Catarina Mendes, presidiu ao início da reunião por impossibilidade do Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, estar presente. Nessa qualidade, deu conhecimento do jantar informal dos Chefes de Estado e do Governo a convite do Presidente do Conselho Europeu, no dia 23 de maio, para troca de impressões sobre a agenda do crescimento económico e preparação do Conselho Europeu de Junho. Informou ainda que a audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus realizar-se-ia em data posterior ao jantar.

De seguida, informou da Audiência a uma Delegação Parlamentar da Assembleia do Kosovo, presidida pelo Presidente daquele Parlamento, Senhor Jakup Krasniqi, em que estiveram presentes os membros da Mesa da Comissão e os Coordenadores.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) que esteve presente na audiência, informou que foram discutidos os problemas daquele país, que tem enormes dificuldades, e o esforço que estão a desenvolver para serem reconhecidos pela comunidade internacional e conseguirem a integração na União Europeia. Foi ainda vista a possibilidade de criação de um Grupo de Amizade Portugal-Kosovo.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) disse que Portugal reconheceu o Kosovo, embora persistam algumas dúvidas. Referiu ainda que as comunidades sérvias terão imensas dificuldades no Kosovo pelo que o papel de Portugal será primordialmente o de pressionar estes dois países no sentido de se entenderem para evitar novos conflitos.

A Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes (PS) disse que da audiência resultaram dúvidas devido à evidente fragilidade da independência e que cinco Estados-Membros da EU não reconheceram o Kosovo que também não é membro da ONU.

Informou depois sobre o “cartão amarelo” à Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130] tornando útil e dando visibilidade pela primeira vez ao processo de escrutínio parlamentar e recordou que a Assembleia da República aprovou parecer fundamentado sobre a inobservância do princípio da subsidiariedade no dia 18 de maio de 2012. Ontem, dia 22 de maio (último dia do prazo de 8 semanas para pronúncia dos Parlamentos nacionais), foram enviados 12 Pareceres Fundamentados para as instituições europeias, que perfazem 19 votos. Em consequência, a Comissão Europeia pode decidir manter o projeto, alterá-lo ou retirá-lo, mas deve fundamentar a sua decisão.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) perguntou quantos parlamentos se pronunciaram pela não violação do princípio da subsidiariedade, tendo solicitado que os serviços lhe enviassem a informação logo que possível.

3. Fixação da Redação Final da Resolução que Aprova o parecer fundamentado sobre a violação do princípio da subsidiariedade pela proposta de regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130]

A Sr.^a Vice-Presidente informou que as alterações eram apenas de maiúsculas/minúsculas e ainda a atualização decorrente da publicação entretanto da Lei n.º 12/2012.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) colocou dúvidas sobre a questão das maiúsculas e minúsculas tendo considerado se o que estava correto era o que era agora proposto, deveríamos passar a redigir em conformidade.

Depois de ter sido esclarecido que esta alteração resulta de regras de publicação da Imprensa-Nacional Casa da Moeda, passou-se à votação, tendo a redação final sido aprovada sem votos contra, registando-se a ausência do PCP, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, todas as sugestões de redação constantes da Informação n.º 63/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer para o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia em 2011"

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Sr. Deputado Sérgio Azevedo para elaborar o supra mencionado Parecer.

5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 1999/4/CE, 2000/36/CE, 2001/111/CE, 2001/113/CE e 2001/114/CE no respeitante aos poderes a conferir à Comissão [COM(2012)150]

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o Parecer referindo que a presente proposta visa identificar os poderes delegados e as competências de execução que devem ser atribuídos à Comissão no respeitante a um conjunto de Diretivas. Concluiu considerando que a presente iniciativa cumpre o princípio da subsidiariedade e que o processo de escrutínio está concluído.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

f) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1225/2009 do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo à defesa contra as importações objeto de dumping dos países não membros da Comunidade Europeia [COM(2012)41] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

De seguida, o Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou sucintamente o Parecer relativo a esta iniciativa, tendo reiterado e subscrito o teor do Relatório aprovado pela Comissão de Economia e Obras públicas.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) informou que a Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) estava ausente do país pelo que pediu o adiamento da apreciação do parecer de que são ambos relatores, constante da ordem de trabalhos da reunião de hoje.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em aplicação do artigo 184.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho sobre a execução da medida de promoção dos vinhos em mercados de países terceiros [COM(2011)774], objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

A Sr.ª Deputada Cláudia Aguiar (PSD) apresentou o parecer começando por sublinhar que o presente relatório diz respeito à execução da medida de promoção dos vinhos em mercados de países terceiros e baseia-se no resultado das auditorias efetuadas em certos Estados-Membros, bem como nas informações facultadas pelos mesmos. O Relatório refere que os Estados-Membros têm assinalado algumas limitações à medida de promoção, nomeadamente dificuldades de gestão administrativa (assinalada em especial por Portugal, Itália e Áustria). Concluiu referindo que não cabe a apreciação do cumprimento do princípio da subsidiariedade, pois trata-se de uma iniciativa não legislativa.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

d) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera os Regulamentos (CE) n.º 2008/97, (CE) n.º 779/98 e (CE) n.º 1506/98 do Conselho, em matéria de importação de azeite e outros produtos agrícolas da Turquia, no que diz respeito aos poderes delegados e às competências de execução a conferir à Comissão [COM(2011)918], objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

A Sr.ª Deputada Cláudia Aguiar (PSD) apresentou o parecer destacando que a proposta altera diversos Regulamentos do Conselho, em matéria de importação de azeite e outros produtos agrícolas da Turquia, no que diz respeito aos poderes delegados e às competências de execução a conferir à Comissão. Concluiu referindo que a Proposta de alteração aos Regulamentos em causa, não levanta questões relativas ao princípio da subsidiariedade, uma vez que apenas pretende, para além da delegação de poderes, a adequada "uniformização" dos Regulamentos às novas disposições do TFUE.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP.

Dada a ausência em trabalhos parlamentares do Sr. Deputado Honório Novo (PCP) foi adiada a apreciação do parecer de que foi Autor para a próxima reunião.

g) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Código Aduaneiro da União [COM(2012)64] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) começou por referir que esta iniciativa visa substituir o Regulamento nº 450/2008 (Código Aduaneiro Modernizado) por um Regulamento reformulado que o alinha pelo Tratado de Lisboa, o adapta aos aspetos práticos e à evolução da legislação aduaneira e noutros domínios políticos relacionados com a circulação de mercadorias entre a UE e países terceiros.

Elencou depois as alterações e rematou concluindo que a presente iniciativa é da exclusiva competência da União, pelo que não é aplicável o princípio da subsidiariedade.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP.

h) RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre o Mecanismo de Alerta elaborado em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Regulamento relativo à prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2012)68] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) apresentou o Parecer destacando o facto de o Relatório em análise constituir o primeiro Relatório da Comissão sobre o Mecanismo de Alerta que, por sua vez, constitui um novo instrumento do quadro reforçado em matéria de governação económica na UE, integrado no pacote de seis medidas no domínio da governação (conhecido por “six-pack”) e inserido no Semestre Europeu. A Comissão defende neste Relatório a necessidade de uma análise mais aprofundada das situações da Bélgica, da Bulgária, da Dinamarca, de Espanha, de França, da Itália, de Chipre, da Hungria, da Eslovénia, da Finlândia, da Suécia e do Reino Unido, países que enfrentam “diferentes desafios e potenciais riscos, nomeadamente os efeitos de contágio”.

Sobre o teor do Relatório, a COFAP emitiu o respetivo Parecer, suscitando diversas questões (falta de fundamentação dos indicadores e respetivos valores-limite; tratamento assimétrico dos défices e dos excedentes externos; insuficiência da análise do papel do sector financeiro e do BCE nas dinâmicas de endividamento) que importa transmitir à Comissão Europeia.

Destacou a este propósito a análise resumida que é feita relativamente a Espanha, em que nada é referido sobre o défice orçamental e a situação financeira das regiões.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) manifestou a sua perplexidade pela ligeireza do relatório e disse que tinha esperança que tal decorresse do facto de ser o primeiro. Subscreeveu a proposta das conclusões serem transmitidas à Comissão mas propôs que o parecer absorvesse o Relatório da COFAP.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) aceitou a sugestão pelo que a Sr.ª Vice-Presidente, Deputada Ana Catarina Mendes, submeteu a votação o parecer, com as

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

alterações propostas que foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- i) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu sobre a aplicação da Diretiva 2003/8/CE relativa à melhoria do acesso à justiça nos litígios transfronteiriços, através do estabelecimento de regras mínimas comuns relativas ao apoio judiciário no âmbito desses litígios [COM(2012)71] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) apresentou o Parecer destacando o facto de em muitos Estados-Membros se desconhecer este sistema. Até agora um número muito limitado de pessoas beneficiou do apoio judiciário nos termos previstos, verificando-se que no período em análise o número total de pedidos de apoio tratados por Estados-membros só em dois casos atingiu a centena, pelo que a Comissão analisa e apresenta sugestões no sentido de o melhorar. Considera justificar-se, na presente fase, um maior esforço de divulgação do sistema junto do público e dos profissionais mas pensa que deve ser assumida, em momento próximo, nova intervenção legislativa europeia com este âmbito.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto assumiu entretanto a presidência da reunião.

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que simplifica a transferência no interior do Mercado Único de veículos a motor registados noutro Estado-Membro [COM(2012)164] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

Esta iniciativa coube ao Grupo Parlamentar do BE, que não se encontrava presente no momento da distribuição, tendo sido indiciariamente distribuída à Sr.ª Deputada Ana Drago, por ser a única Deputada daquele grupo parlamentar.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao acesso de bens e serviços de países terceiros ao mercado interno de contratos públicos da União Europeia e que estabelece os procedimentos de apoio às negociações sobre o acesso de bens e serviços da União Europeia aos mercados de contratos públicos dos países terceiros [COM(2012)124] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1098/2007 do Conselho, de 18 de setembro de 2007, que estabelece um plano plurianual relativo às unidades populacionais de bacalhau no mar Báltico e às pescarias que exploram essas unidades populacionais [COM(2012)155] *objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar;*

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Dados abertos: Um motor de inovação, crescimento e governação transparente [COM(2012)882] *objeto de relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação;*

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Nuno Matias.

7. Outros assuntos

O Presidente da Comissão, Deputado Paulo Mota Pinto, informou que vai contactar o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus para avaliar da possibilidade de realização de uma audição sobre transposição de diretivas, a realizar, preferencialmente, ainda na atual sessão legislativa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 Maio 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 56/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Cláudia Monteiro de Aguiar
Jacinto Serrão
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Vitalino Canas
Bruno Coimbra
Lídia Bulcão
Paulo Pisco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos São Martinho
Francisco de Assis
Maria Helena André
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
Honório Novo